

**EXPERIÊNCIA DOCENTE COM O ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO NO CAMPO<sup>1</sup>**

**TEACHING EXPERIENCE WITH REMOTE EDUCATION IN FIELD EDUCATION**

Recebido em: 17/06/22

Aceito em: 07/01/2022

Luciana Ribeiro Soares<sup>2</sup> 

**Resumo:** Neste artigo será apresentado o relato de experiência docente com o ensino remoto na educação no campo, no período de suspensão das aulas presenciais devido ao agravamento da pandemia da COVID-19 no Brasil. O objetivo deste, é relatar algumas alterações ocorridas no ensino de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental, e também expor reflexões contextualizadas, a partir da aproximação com a comunidade escolar mediada pelas tecnologias digitais e a dinâmica da sociedade contemporânea, em relação ao consumo e uso dessas tecnologias na educação básica. Com base em teorias educacionais, a compreensão das conexões dos elementos gerais com os particulares envolvidos na docência, sobre a função cultural e social do conhecimento escolar na vida dos indivíduos, exige debates coletivos continuamente. Pois, as novas ideias e as reflexões críticas são instrumentos para a superação das determinações históricas. Sendo assim, as tecnologias digitais sinalizam um possível caminho a ser melhor explorado pelas potencialidades apresentadas no trabalho didático pedagógico. Porém os limites identificados, apontam a necessidade de utilizá-las como meio, para estimular nos indivíduos uma nova consciência e então reivindicarem políticas educacionais em que o acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade sejam compartilhados entre os diferentes sujeitos e contextos.

**Palavras-chave:** Experiência Docente; Ensino Remoto; Escola no Campo.

**Abstract:** In this article, the report of teaching experience with remote teaching in rural education will be presented, during the period of suspension of face-to-face classes due to the worsening of the COVID-19 pandemic in Brazil. The objective of this is to report some changes that occurred in the teaching of History in the Final Years of Elementary School, and also to expose contextualized reflections, from the approach with the school community mediated by digital technologies and the dynamics of contemporary society, in relation to consumption and use of these technologies in basic education. Based on educational theories, understanding the connections of general elements with the particular ones involved in teaching, on the cultural and social function of school knowledge in the lives of individuals, requires continuous collective debates. For, new ideas and critical reflections are instruments for overcoming historical determinations. Thus, digital technologies indicate a possible path to be better explored by the potential presented in the pedagogical didactic work. However, the identified limits point to the need to use them as a means to stimulate a new awareness in individuals and then demand educational policies in which access to knowledge produced by humanity is shared between different subjects and contexts.

**Keyword:** Teaching Experience; Remote Teaching; School in the Field.

<sup>1</sup> Artigo produzido a partir da exposição apresentada no II Seminário Internacional de História e Educação: Os desafios da atualidade, promovido pelo Centro de Estudos Interdisciplinares (CEEINTER).

<sup>2</sup> CEEJA Marechal Rondon. E-mail: lucianaribeirosoares605@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Há de se reconhecer que a pandemia alterou diversos setores da sociedade contemporânea, entre estes encontra-se a educação escolar. Tendo em vista que no Brasil as alterações ocorridas com a suspensão das aulas presenciais e a adoção do ensino remoto na educação básica da rede pública reforçaram ainda mais as disparidades educacionais entre os estudantes brasileiros, dependendo dos contextos aos quais encontram-se as instituições de ensino e os grupos sociais que o sistema educacional atende. Além dos fatores socioeconômicos e a complexidade envolvida no trabalho docente, é notória a falta de empenho por parte do Estado em organizar um planejamento de políticas públicas que pudessem minimizar os impactos desse período na educação na básica, o atual cenário abriu também possibilidades para novos debates acerca do trabalho docente e o uso das tecnologias digitais na sociedade contemporânea.

A iniciativa de produção desse artigo para o II Seminário de História e Educação: os desafios da docência na atualidade, com o título “Experiência Docente com o Ensino Remoto na Educação no Campo<sup>3</sup>” tem como ponto de partida a análise de algumas das ações tomadas pelos agentes públicos na esfera federal e estadual acerca do funcionamento da educação escolar pública no período de agravamento da pandemia. No processo de contextualização será apresentado, de modo descritivo, o relato experiência docente no ensino de História de modo remoto, entre os meses de março de 2020 a setembro de 2021, com estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental na educação no campo. Como referência será utilizada a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Irmã Dorothy Mae Stang localizada no Assentamento Chico Mendes III, Agrovila 7 no município de Presidente Médici em Rondônia. A partir da percepção em torno dos desafios enfrentados pela comunidade escolar durante o período pandêmico e a complexidade que envolveu o trabalho docente nesse processo.

Nesse sentido, a partir dos apontamentos apresentados no relato de experiência será construída uma análise crítica, fundamentada com algumas teorias que abordam questões relevantes sobre a educação escolar e a realidade social apresentada na era contemporânea. O objetivo principal é colaborar com reflexões que ampliem os debates coletivos na defesa de ações políticas e educacionais que potencialize a elevação da consciência crítica dos indivíduos,

---

<sup>3</sup>A Educação no Campo possui uma organização curricular comum. Enquanto a Educação do Campo, o conteúdo escolar e as práticas pedagógicas integram às pautas dos movimentos sociais do campo. Para saber mais: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>

de modo que esses percebam como os processos de organização políticos, econômicos e culturais da sociedade à qual estão inseridos os atingem em seu cotidiano.

## **EXPERIÊNCIA DOCENTE E OS DESAFIOS FRENTE À PANDEMIA**

A suspensão das aulas presenciais no Brasil inicialmente ocorreu por iniciativa de prefeitos e governadores que identificavam a necessidade de restrições para conter o agravamento da Covid-19 em determinadas regiões. Diante do aumento de casos e o risco de um colapso nas redes de saúde, a partir de março o governo federal emitiu uma sequência de medidas provisórias para o sistema educacional.

Conforme apresenta o relatório do CNE/CP Nº: 5/2020 iniciou-se a suspensão das aulas presenciais pela educação superior e posteriormente estendeu-se também à educação básica.

No dia 17 de março de 2020, por meio da Portaria nº 343, o Ministério da Educação (MEC) se manifestou sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia da COVID-19, para instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino. Posteriormente, tal Portaria recebeu ajustes e acréscimos por meio das Portarias nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 356, de 20 de março de 2020. Em 18 de março de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) veio a público elucidar aos sistemas e às redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, considerando a necessidade de reorganizar as atividades

Em 20 de março de 2020, o Congresso Nacional aprovou o Decreto Legislativo nº 6 que reconhece, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

Em 1º de abril de 2020, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 934 que estabelece normas excepcionais para o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (CNE, 2020).

Com base nas informações apresentadas pelo (CNE) Conselho Nacional de Educação, o MEC comprometeu-se em realizar ações de caráter emergencial que disponibilizaria suporte pedagógico e recursos financeiros para mitigar os impactos da pandemia na educação escolar. No entanto, não apresentou um planejamento que realmente correspondesse às necessidades da maioria dos estudantes brasileiros das instituições públicas. Em relação ao trabalho docente, percebe-se que o único apontamento apresentado pelo MEC, limitou-se à instrumentalização dos professores a formações superficiais para acesso às plataformas digitais. “Disponibilização de cursos de formação de professores e profissionais da educação por meio da plataforma AVAMEC – Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação; (CNE pág:02)

Coube então às secretarias estaduais e municipais organizar-se para atender a comunidade escolar.

Embora inicialmente o contexto pandêmico apresentasse muitas incertezas acerca do tempo que as aulas poderiam ficar suspensas, o governador do estado de Rondônia seguiu o mesmo modelo das medidas tomadas pelo governo federal, transferiu para os gestores das instituições e sobretudo para os professores a responsabilidade de conduzir o processo de ensino sem um suporte realmente efetivo para o trabalho. Os docentes além de organizar as novas metodologias para atender as especificidades dos estudantes e instituições que atuam, se desdobraram na busca por conhecimentos básicos para manusear os recursos tecnológicos e as novas plataformas digitais que pudessem auxiliá-los no processo de ensino dos estudantes. O trabalho docente tornou-se exaustivo, com a elaboração de atividades impressas, atendimento via *WhatsApp* aos estudantes e à equipe pedagógica, tudo isso associado à aquisição dos equipamentos com os próprios recursos.

Ao analisar os principais documentos emitidos pelos órgãos responsáveis pela organização dos sistemas educacionais tanto no âmbito federal quanto estadual, durante o período pandêmico, percebe-se que houve convergência nas medidas adotadas. Nesse período os profissionais da educação enfrentaram diversos desafios, como por exemplo: falta de assistência financeira e críticas desmoralizadoras sobre a atuação profissional. É importante destacar que os elementos apresentados no contexto pandêmico acerca dos desafios impostos à educação pública parecem ter características atuais, no entanto ao analisar de modo minucioso a dinâmica socioeconômica dos últimos anos, percebe-se que os elementos pré-existentes ganharam força nesse momento e assim justificar a necessidade de projetos que tendem a precarizar ainda mais a educação escolar de determinados grupos sociais. Segundo Avelar:

Em nossas escolas, as políticas entram e as práticas mudam, ora de forma clara, ora de forma lenta, processual e até mesmo imperceptível. Exemplos incluem decisões sobre financiamento, formações de professores, currículo e tantos outros que impactam o cotidiano educacional. Entretanto, a política educacional é geralmente vista como algo difícil de ser compreendido, distante, entediante por vezes, ou ainda como uma caixa-preta, cujos procedimentos internos são inteiramente desconhecidos. Por isso é importante desmistificar a política educacional e humanizar seu funcionamento. Compreender *quem* faz a política educacional torna-se uma parte importante desse trabalho: olhar quem são os grupos e as pessoas cujas decisões terão consequências para professores, famílias e alunos (AVELAR, 2019, p. 73).

Percebe-se o contexto pandêmico potencializou algumas ações sistematizadas que envolveu, desde o discurso de supervalorização das tecnologias digitais para fins educacionais

em detrimento do trabalho docente, atendendo explicitamente aos interesses de empresas que identificaram no momento a oportunidade de obter vantagens financeiras, enquanto isso houve cortes significativos de recursos públicos destinados à educação. Ou seja, se por um lado ocorreu a falta de um plano de ações que amenizasse os impactos da pandemia na educação pública, ocorreu um esforço para avançar as propostas de alterações curriculares que sinalizam um verdadeiro esvaziamento dos conteúdos das áreas de estudos que potencializam os indivíduos a uma percepção crítica da realidade socioeconômica a qual estão inseridos.

## **EXPERIÊNCIA DOCENTE NO ENSINO REMOTO**

Inicialmente no estado de Rondônia as aulas foram suspensas em caráter temporário no dia 16 de março de 2020 a pedido do secretário de saúde devido ao número de pessoas que estavam acometidas pelos sintomas da Covid-19 e as internações hospitalares. No entanto, no dia 20 de março foi declarado Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado de Rondônia, conforme Decreto nº 24.887

Art. 8º Ficam suspensas pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 17 de março de 2020, podendo ser prorrogadas por iguais períodos, as atividades educacionais em todas as instituições das redes de ensino pública e privada.

§ 1º A suspensão das aulas na rede de ensino pública do Estado de Rondônia, deverá ser compreendida como recesso/férias escolares do mês de julho e terá início a contar do dia 17 de março de 2020.

§ 2º O recesso/férias escolares terá duração máxima de 15 (quinze) dias corridos, independente do quantitativo de dias de recesso constante no calendário escolar da unidade de ensino.

§ 3º As unidades escolares da rede privada de ensino Estadual poderão adotar a antecipação do recesso/férias prevista neste Decreto ou determinar a suspensão das aulas pelo período determinado, a critério de cada unidade.

§ 4º Os ajustes necessários para o cumprimento do calendário escolar serão estabelecidos pela Secretaria de Estado de Educação do Estadual - SEDUC, após o retorno das aulas (GOVERNO DE RONDÔNIA, 2020).

Diante da complexidade e das incertezas envolvidas nesse período de afastamento, as atividades pedagógicas ficaram suspensas até o dia 14 de maio de 2020. Pelo Decreto nº 25.049, de 14 de maio de 2020 as aulas foram retomadas de modo remoto e com expectativa de retorno presencial no dia 30 (trinta) de junho do ano corrente, no entanto a suspensão destas estendeu-se até setembro de 2021.

O início das aulas na educação básica de modo remoto, provocou inquietações imediatas referentes à atividade docente no ensino de História. Como trabalhar determinados conteúdos com os estudantes de modo que estes não tomem forma abstrata? Quais procedimentos

metodológicos a serem utilizados? Como utilizar as plataformas digitais de modo que facilite a compreensão dos conteúdos? Como organizar o tempo para o planejamento, o atendimento dos alunos, seus familiares e equipe pedagógica?

Por ser uma escola do espaço rural, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Irmã *Dorothy Mae Stang* as turmas são únicas, embora seja uma escola polo, em comparação a outras escolas que têm maior quantidade de alunos, aparentemente o trabalho não apresentaria tamanha complexidade. No entanto, uma das grandes barreiras encontradas foi o contato com os alunos externos à área do assentamento Chico Mendes.

A equipe pedagógica da escola empenhou-se num grande esforço para organizar o trabalho pedagógico de acordo com as especificidades da comunidade escolar. Nesse contexto, o trabalho docente passou a ser composto por metodologias diversificadas, entre elas: o contato via *WhatsApp*, atividades impressas e uso da plataforma *Classroom*.

Para facilitar a comunicação entre os alunos e professores foram formados grupos, onde os estudantes que dispunham de acesso apenas via *WhatsApp*, recebiam informações relacionadas a conteúdos de estudos. Também eram disponibilizadas gravações de áudios, eles poderiam tirar dúvidas e enviar fotos das atividades realizadas. Apesar desta metodologia ter facilitado a aproximação junto aos responsáveis pelos estudantes, administrar o funcionamento desse recurso foi desafiador, pois além de utilizar aparelho celular de uso pessoal, e responder às demandas das atividades pedagógicas dos vários grupos das turmas. Uma das maiores dificuldades foi estabelecer uma divisão entre atividade pública docente e a privacidade. As chamadas por vídeos, envios de mensagens e de atividades pelos estudantes fora de horários de trabalho eram recorrentes. Além disso, a maioria dos aparelhos celulares utilizados pelos estudantes eram de uso pessoal de seus responsáveis, em muitos casos o mesmo aparelho era compartilhado por mais de um estudante da família. E devido ao excesso de conteúdos compartilhados havia muitas reclamações por parte dos responsáveis pelos estudantes.

Uma questão a ser pontuada também, foi a falta de acesso à rede de *wi-fi* pela maior parte dos domicílios rurais. Isso ocorre principalmente devido aos altos custos de contratação dos serviços das operadoras de Internet, desse modo a forma de acesso era mais viável é o plano pré-pago das operadoras telefônicas, no entanto com o intenso uso os planos tornaram-se insuficientes para atender a demanda das atividades remotas. Muitos estudantes ou até mesmo seus familiares relatavam que em alguns momentos deslocavam até a casa de vizinhos para acessarem redes de *wi-fi* e para realizar as atividades. Apesar das principais dificuldades apresentadas do uso do *WhatsApp* como ferramenta utilizada no ensino remoto, nos primeiros

meses os estudantes davam retorno das atividades parcialmente. Entretanto, à medida que se prolongou o tempo de suspensão das aulas, esses ficaram desmotivados, muitos deixaram de procurar orientações, não atendiam mais os recados e não davam retorno das atividades. Quando a falta de retorno das atividades persistia, eram encaminhados relatórios para o Serviço de Orientação Escolar (SOE)

Em relação aos estudantes que realizavam as atividades impressas, elas eram disponibilizadas quinzenalmente para que os responsáveis pelos estudantes pudessem retirá-las na escola. Observou-se que além de ter sido um trabalho muito desgastante para o docente, para conciliar o tempo de elaboração e atender as outras demandas que o contexto do ensino remoto exigia, ao recebê-las para as correções a maioria estavam incompletas. Essa situação provocava um sentimento de angústia, uma sensação de impotência frente ao problema, devido ao conhecimento do contexto socioeconômico e cultural dos quais os estudantes vivem, e as limitações que a metodologia de ensino aplicada apresentava, tendo em vista nenhuma perspectiva de resultados significativos na vida desses estudantes.

No tocante ao uso da plataforma *Classroom* observou-se que entre as três metodologias adotadas no ensino remoto no ensino de história, essa proporcionou melhor resultado. Embora tenham sido identificadas várias limitações, ela permitia dinamizar as atividades pedagógicas com pesquisas, apresentação de vídeos e encontros síncronos. Tendo em vista que a contextualização constitui um elemento fundamental para facilitar a compreensão dos estudantes em torno dos assuntos abordados, de modo que estes não tomam forma abstrata, era evidente que os estudantes que dispunham de acesso à rede *wi-fi*, conseguiam apreender melhor o conteúdo. Essa percepção se deu a partir das participações e nas exposições nas aulas síncronas pelo *Google Meet*, nas atividades que incluíam a produção de trabalhos em grupos como por exemplo: resumos de pesquisas, apresentação com uso de ferramentas como *Padlet* e *slides*, produção de infográficos, Tours Virtuais, Google Earth, que possibilitavam maior interação entre os estudantes acerca das descobertas e dúvidas sobre determinados assuntos. Em vários momentos eles se ajudavam diante das dificuldades ou dúvidas relacionadas às ferramentas utilizadas, especialmente pelas facilidades que alguns demonstraram no manuseio dos recursos tecnológicos.

As aulas síncronas configuraram em momentos essenciais nesse período, tanto para a docente quanto para os estudantes. Além de ser uma possibilidade de trocas de informações dos conteúdos de estudos, esses momentos serviram como espaço de descontração entre a docente e os estudantes. Porém, as condições socioeconômicas dos estudantes foi um dos empecilhos

que limitavam a maioria dos estudantes a participarem desses momentos. Um exemplo concreto disso é o fato de que entre as turmas apenas dois alunos tinham acesso a notebooks para realizar suas atividades escolares. Ademais, observou-se que muitas questões se tornaram explícitas durante a pandemia como: as limitações de recursos financeiros e tecnológicos que afeta a vida dos estudantes na educação pública; as constantes formações on-line pelas representações de ensino; a questão emocional e psicológica diante de perdas de pessoas próximas vítimas da Covid-19. E em relação ao trabalho docente no ensino de História de modo remoto, outro agravante foi o sentimento de insegurança, diante dos ataques sistematizados que as Ciências Humanas têm sofrido nos últimos anos, sobretudo no atual cenário político brasileiro. Desenvolver uma abordagem contextualizada sobre alguns objetos de estudos em uma aula síncrona, representava um desafio devido à polarização política, da difusão de ideias negacionistas da história e do conhecimento científico espalhadas intencionalmente entre a população.

Reconhecer os fatores que comprometeram tanto o trabalho docente quanto à aprendizagem dos estudantes durante as aulas remotas, é fundamental para que novos estudos e debates acerca da utilização das tecnologias na educação básica estejam integrados ao programa de políticas públicas.

Como afirma Mauad

Na educação, para além da comunidade escolar, a história pública potencializa a produção de *sites*, *blogs*, *podcasts*, *games*, aplicativos para celulares, turismo histórico a partir de mapas interativos; bem como filmes, séries e documentários. Digitalizar, catalogar, e garantir acesso livre na internet são dimensões importantes na história pública; mas é fundamental atentar-se para os interesses envolvidos e qualificar os debates públicos por meio dos esforços colaborativos (circularidades do conhecimento histórico) que mobilizam compromisso sócio-históricos (MAUAD, 2019 apud MARIANO, p.186)

A abordagem apresentada pela autora sobre a associação dos recursos tecnológicos na expansão do conhecimento histórico na sociedade vai ao encontro do pensamento de Florestan Fernandes. Segundo ele, os educadores necessitam de formação contínua para identificar criticamente a estrutura socioeconômica e cultural de seu tempo, e na sua atuação potencializar práticas educativas que vão para além dos espaços escolares.

Cabe ao professor reeducar-se a si próprio como condição para aperfeiçoar-se e pôr-se acima das contingências do meio. É tomando consciência da situação e das exigências [...] especiais que ela impõe ao educador que os professores brasileiros poderão arcar com o extraordinário dever de advogado ex-ofício dos interesses educacionais descurados da comunidade brasileira. Contra tudo, contra todos e até

contra motivos pessoais egoísticos precisa lutar o educador brasileiro para atender e pôr em prática uma filosofia educacional construtiva, capaz de mudar a mentalidade do homem por meio da educação das novas gerações e da re-educação das velhas (FERNANDES, 1966, p. 122).

Dessa forma, as implicações em torno do trabalho docente no ensino de História diante da atual conjuntura política socioeconômica brasileira, exige uma análise cada vez mais aprofundada sobre sua relevância no processo educativo. Além dos conhecimentos sobre as concepções teóricas e metodológicas envolvidas no processo de ensino, o trabalho pedagógico exige do docente um posicionamento ético contra todas as formas de dominações políticas e ideológicas empreendidas por setores que ao longo da história do Brasil usufruíram de privilégios. São esses setores que atualmente vêm atacando de modo sistematizado determinadas áreas do conhecimento científico, importantes personalidades históricas e movimentos sociais que se apresentam como potenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico e reação de grupos que historicamente sofrem os efeitos que as desigualdades sociais provocam em suas vidas.

## **ESCOLA NO CAMPO E AS CONTRADIÇÕES DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

A educação no espaço rural ainda é marcada pela mentalidade do assistencialismo. Percebe-se que as ações dos representantes políticos da burguesia brasileira constantemente reformulam meios para a manutenção dessa lógica. Utilizam-se de recursos legais para avançar os projetos de dominação econômica e ideológica sobre as populações do campo. Sendo assim, posicionar-se contra essa lógica na atualidade tem sido uma atividade cada vez mais desafiadora, haja vista que no sistema educacional ideias associadas às concepções neoliberais colocam setores contrários a essas ideias num cenário de disputas desigual. Assim, “seria realmente uma ingenuidade, que só os “inocentes” podem ter, esperar que as classes dominantes pusessem em prática um tipo de educação que as desvelasse mais do que as contradições em que se acham envolvidas já o fazem.” (Freire p.-89-1984). Portanto, o enfrentamento dessa problemática requer ações educativas de áreas científicas e organizações sociais junto aos os próprios sujeitos que vivem nesses espaços para a percepção dos reais interesses que permeiam determinados projetos educacionais no Brasil. Freire destaca ainda a importância da educação escolar para a população do campo, pois a elevação do conhecimento sobre a História e diversas áreas científicas, inclusive a compreensão dos termos linguísticos, contribui para novas formulações análises críticas e reflexivas da realidade. Segundo Freire:

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. Daí que, em seu “campo associativo”, o termo extensão se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc. E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, como veremos, a formação e a constituição do conhecimento autêntico. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações (FREIRE, 1983, p.14).

Ainda afirma Manacorda:

No processo específico da formação dos indivíduos e das gerações em seu crescimento fisiológico-psicológico (ou seja, na educação) a exigência inevitável, ou a tendência objetiva e, portanto, o fim, é formar uma vida da comunidade em que ciência e trabalho pertençam a todos os indivíduos. Isso significa que a escola não pode deixar de se configurar a não ser como o processo educativo em que coincidem a ciência e o trabalho; uma ciência não meramente especulativa, mas operativa, porque, sendo operativa, reflete a essência do homem, sua capacidade de domínio sobre a natureza; um trabalho não destinado a adquirir habilidades parciais do tipo artesanal, porém o mais articulado possível, pelo menos em perspectiva, à tecnologia da fábrica, a mais moderna forma de produção (MANACORDA, 2017, p.75).

Nesse sentido, pensar e defender uma educação no campo que leve em conta as especificidades das populações não significa deixá-los apartados dos bens historicamente produzidos pela humanidade. Pois, o conhecimento científico apresentado na escola traz em si uma perspectiva de transformação humana e social mesmo em contextos distintos da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto no decorrer da construção desse trabalho sobre a experiência docente com o ensino remoto na educação no campo, foram apresentadas algumas questões particulares. No entanto, ao ampliar os estudos sobre a organização da educação pública no país e as contradições da sociedade contemporânea, percebe-se que abordagem exposta é apenas um fragmento diante das determinações que a dinâmica política e socioeconômica impõe sobre a educação pública no Brasil. Se por um lado o contexto pandêmico impôs à comunidade escolar grandes desafios durante a suspensão das aulas presenciais, por outro lado ela também apresenta um terreno propício para avanços nos debates coletivos acerca da importância da educação pública ser exigida como política de Estado.

Nesse sentido, as pautas sobre a democratização do ensino escolar na atualidade devem incluir também, a defesa da democratização dos instrumentos que possibilitam a elevação do conhecimento da diversidade de sujeitos da sociedade. De modo que estes indivíduos compreendam a dinâmica social, econômica, cultura e política que estão inseridos. E a partir dessa percepção, intervenham com ações voltadas para as demandas coletivas. No caso do uso das tecnologias digitais no processo educativo, percebe-se que negar o acesso de determinados grupos a esses recursos vai ao encontro da lógica excludente. É preciso que sua utilização no ensino escolar esteja vinculada às metodologias que têm como princípio orientador, a emancipação humana. E essa, é uma necessidade urgente do nosso tempo histórico.

## REFERÊNCIAS

AVELAR, Mariana: O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. *In*, CÁSIQ, F. **Educação Contra Barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. -1.ed.- São Paulo: Boitempo, 2019.

BRASIL, **PARECER CNE/CP** N°: 5/2020. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-ppc005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-ppc005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192)>

FREIRE, Paulo: **Educação Como Prática da Liberdade**. 12º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo: **Extensão ou Comunicação?** Disponível em: <<https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Extensao-ou-Comunicacao-1.pdf>> Acesso em 23 de mar. de 2022.

MANACORDA, Mario Alighiero: **Marx e a Pedagogia Moderna**. 3ª. Ed. Campinas, SP. Alinía, 2017.

MARIANO, Alessandro: Pedagogia da Resistência e o projeto educativo das escolas do MST. *In*, CÁSIQ, F. **Educação Contra Barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. -1.ed.- São Paulo: Boitempo, 2019.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **Florestan Fernandes, O Circuito da História**-Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

RONDÔNIA, **Leis Estaduais, Decreto N° 24.887, DE 20 DE MARÇO DE 2020. Disponível em**:<<https://leisestaduais.com.br/ro/decreto-n-24887-2020-rondonia-declara-estado-de-calamidade-publica-em-todo-o-territorio-do-estado-de-rondonia-para-fins-de-prevencao-e-enfrentamento-a-pandemia-causada-pelo-novo-coronavirus-covid-19-e-revoga-o-decreto-n-24871-de-16-de-marco-de-2020>> Acesso em: 25 de mar. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **O Trabalho Como Princípio Educativo Frente As Novas Tecnologias**: Disponível em: < <http://forumeja.org.br/go/files/demerval%20saviani.pdf>; > Acesso em 24 de mar. 2022.